

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026

REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE JACOBINA - BA

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL! FOMENTO A PROJETOS CONTINUADOS DE PONTOS DE CULTURA

O MUNICÍPIO DE JACOBINA – BA torna público o presente Edital para o desenvolvimento da “REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE JACOBINA” por meio da **Política Nacional de Cultura Viva (PNCV)**, instituída pela Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014.

O presente Edital é regido pelo disposto na Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022 (PNAB), no Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, e Portaria MinC nº 80, de 27 de outubro de 2023 (Regulamentam a PNAB), no Decreto nº 11.453, de 23 de março de 2023 (Decreto de Fomento), Decreto nº 12.409/2025, que altera o Decreto nº 11.740/2023, na Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014 (Política Nacional de Cultura Viva), na Instrução Normativa MINC nº 08, de 11 de maio de 2016, e na Instrução Normativa MINC nº 12, de 28 de maio de 2024, ou em ato normativo correspondente em vigor (Regulamentam a PNCV).

Este Edital estabelece as regras de participação, seleção, habilitação, celebração do Termo de Compromisso Cultural, execução, monitoramento e prestação de informações dos projetos selecionados.

1. OBJETO

1.1 Este Edital tem por objeto a seleção de projetos que promovam o acesso da população aos bens e aos serviços culturais nos territórios e comunidades onde atuam, nos termos da Política Nacional de Cultura Viva.

1.2 Poderão participar deste edital Pontos de Cultura com constituição jurídica, ou seja, com CNPJ, bem como organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, reconhecidas como Pontos de Cultura do Município de Jacobina, no âmbito da Política Nacional de Cultura Viva e da Rede Municipal de Pontos de Cultura, através do Decreto Municipal nº 103 de 26 de março de 2026.

2. RECURSOS

2.1 Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal, repassados ao Município de Jacobina/BA por meio da PNAB, e possui valor total de R\$ 153.453,75 (cento e cinquenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos), destinado à seleção de 5 projetos, no valor de R\$ 30.690,75 (trinta mil, seiscentos e noventa reais e setenta e cinco centavos) cada, conforme especificações descritas no Anexo I deste Edital.

2.2 Caso haja disponibilidade orçamentária e interesse público, este edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja excedente de recursos da PNAB advindo de outros editais ou de rendimentos, ou caso haja disponibilidade orçamentária de outras fontes, as vagas podem ser ampliadas para contemplar mais projetos.

2.2.1 A ampliação de vagas observará a ordem de classificação final, as regras de cotas previstas neste Edital e a disponibilidade orçamentária e financeira.

- a) A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
UNIDADE: 07.02. - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
Ação: 2.041 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS
Elemento - 3.3.90.36.00 e 3.3.90.39.00
Fonte: 1719

3. QUEM PODE PARTICIPAR DO EDITAL

3.1 Poderão participar deste edital organizações certificadas ou reconhecidas como Pontos de Cultura, com constituição jurídica, ou seja, com CNPJ;

3.1.1 É necessário que as entidades:

- a) Comprovem, no mínimo, 3 anos de existência e desenvolvimento contínuo de atividade cultural, por meio de fotos, material gráfico de eventos, publicações impressas e em meios eletrônicos e outros materiais comprobatórios;
- b) Comprovem experiência prévia na realização do objeto da parceria ou objeto de natureza semelhante; e
- c) Comprovem capacidade técnica e operacional para o cumprimento das metas estabelecidas e do projeto proposto.

4. QUEM NÃO PODE PARTICIPAR DO EDITAL

4.1 Não podem participar do presente Edital:

- I. coletivos informais (sem constituição jurídica), pessoas físicas e Microempreendedores Individuais (MEI);
- II. instituições privadas com fins lucrativos;
- III. instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, suas mantenedoras e associações de pais, mestres, amigos ou ex-alunos;
- IV. entidades vinculadas a equipamentos públicos (como associação de amigos de teatros, museus, centros culturais etc.);
- V. fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas;

VI. instituições integrantes do “Sistema S” (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outros);

VII. instituições privadas sem fins lucrativos que:

- a) não comprovem experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante; ou
- b) possuam, entre seus dirigentes, administradores ou representantes legais:
 - i. agente político ou dirigente de qualquer esfera governamental, tais como Presidente da República, Governadores(as), Prefeitos(as) e seus respectivos vices, Ministros(as) de Estado, Secretários(as) Estaduais ou Municipais e Presidentes(as) de fundações públicas, bem como seus cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
 - ii. servidor(a) público(a) vinculado(a) ao órgão responsável pela seleção pública, bem como seu cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
 - iii. membro do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas, bem como seu cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau.

VIII. Partidos políticos e suas instituições;

IX. Membros da Comissão de Seleção ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau; e

X. Pessoas jurídicas de direito público da administração direta ou indireta.

4.2 Membros de entidades que integrarem Conselho de Cultura poderão concorrer neste Edital, desde que não se enquadrem nas situações previstas no item 4.1.

4.3 A participação de membros de entidades em consultas públicas relacionadas à implementação da PNAB e/ou na gestão compartilhada da PNCV não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

5. ETAPA DE INSCRIÇÃO

5.1 As inscrições serão gratuitas e poderão ser realizadas no período de 15/06/2026 a 25/06/2026, por meio do e-mail diretoriacultura@jacobina.ba.gov.br ou de protocolo presencial na sede da Diretoria Municipal de Cultura, localizada na Praça CEU, Rua Florisvaldo Barberino, nº 170, Missão, Jacobina-BA, em dias úteis, das 8h às 17h.

5.2 A inscrição contará com o envio dos seguintes documentos:

- I. Formulário de Inscrição (conforme Anexo 03);
- II. Plano de Trabalho (conforme Anexo 04);
- III. Plano de Aplicação de Recursos (conforme Anexo 05);
- IV. Material de comprovação das atividades culturais desenvolvidas pela entidade cultural há pelo menos 3 (três) anos, por meio de informações sobre as ações da entidade cultural; cópias de cartazes; folhetos; fotografias; material audiovisual (endereço

eletrônico aberto, vídeos, entre outros); publicações em jornal e revista; página da internet; depoimentos; programas; convites para participar de eventos; cartas de reconhecimento de órgãos públicos ou privados, entidades e coletivos culturais e escolas; entre outros. É importante que pelo menos 1 (uma) comprovação indique data anterior a 3 (três) anos em relação à publicação deste Edital. Da mesma forma, é importante que sejam apresentados materiais recentes (nos últimos dois anos), que demonstrem as atividades realizadas pela entidade. Esse material será utilizado pela Comissão de Seleção para avaliação das candidaturas, de acordo com o Quadro de Avaliação (Anexo 2);

V. Autodeclarações das pessoas pretas/pardas, pessoas indígenas, povos ciganos e pessoa com deficiência do quadro de dirigentes, acompanhada da ata da última eleição; ou da composição da equipe do projeto, conforme modelos constantes nos Anexos 6 e 7, quando a entidade optar por concorrer às cotas;

VI. Outros documentos que a proponente julgar necessários para auxiliar na avaliação do seu projeto.

5.3 A entidade cultural deverá apresentar apenas 1 inscrição, conforme Anexo I deste Edital. No caso de envio de mais de uma inscrição, será considerada apenas a última proposta enviada para análise.

5.4 As entidades que enviarem cópias ilegíveis de qualquer documento obrigatório solicitado neste Edital, prejudicando a análise de itens obrigatórios, serão desclassificadas na Etapa de Seleção.

5.5 A Diretoria Municipal de Cultura não se responsabilizará por inscrições não recebidas em razão de falhas de conexão, energia elétrica, transmissão de dados, envio incorreto de e-mail, arquivos corrompidos ou ilegíveis, ou outros problemas técnicos não atribuíveis à Administração Pública.

5.6 A inscrição implica o conhecimento e a concordância da entidade cultural com todos os termos e condições previstos neste Edital e em seus anexos, bem como com as disposições da Lei nº 13.018/2014, da Instrução Normativa MinC nº 08/2016, da Instrução Normativa MinC nº 12/2024, da Lei nº 14.399/2022, do Decreto nº 11.740/2023, do Decreto nº 12.409/2025, que altera o Decreto nº 11.740/2023, e do Decreto nº 11.453/2023.

6. DAS COTAS

6.1 Ficam garantidas cotas para este edital, conforme descrito no Anexo I, obedecendo ao princípio legal da Instrução Normativa nº10/2023 para pessoas pretas/pardas, ou indígena, ou cigana ou pessoa com deficiência que compõem a diretoria da entidade.

6.2 Para fins de ação afirmativa destinada a pessoas com deficiência, este Edital adota critério específico de pontuação, conforme estabelecido no bloco III do Anexo 2, bem como exigirá que o projeto cultural promova a participação direta ou indireta e o protagonismo de pessoas com deficiência.

6.2.1 Os projetos culturais deverão conter ações de mobilização, participação e fortalecimento das culturas populares e tradicionais, incluindo, quando pertinente, povos e comunidades tradicionais, população cigana e demais grupos historicamente vulnerabilizados, conforme previsto no Plano de Trabalho.

6.3 As cotas serão destinadas às entidades que possuam quadro de dirigentes composto por, no mínimo, 50% de pessoas pretas/pardas, ou indígena, ou cigana ou pessoa com deficiência, ou no mínimo 50% das posições de liderança do projeto cultural auto declarado.

6.3.1 Quando a composição da diretoria ou das posições de liderança resultar em número fracionado, será considerado o arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

6.4 As pessoas físicas que compõem a direção da entidade proponente ou da equipe do projeto devem se submeter aos regramentos descritos neste Edital.

6.5 As entidades culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionadas de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.

6.6 As entidades culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para serem selecionadas no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionadas nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

6.7 Em caso de desistência de entidades selecionadas por cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por entidade que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

6.8 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de cota, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra modalidade (ampla concorrência).

6.8.1 Caso não haja entidades culturais inscritas em modalidade de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para as demais entidades classificadas, de acordo com a ordem de classificação.

6.9 Considera-se pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

7. PROJETO CULTURAL

7.1 O projeto inscrito será composto pelo Plano de Trabalho, pelo Plano de Aplicação de Recursos e pelas informações complementares enviadas pela entidade cultural.

7.2 O período de execução do projeto deverá ser de até 4 (quatro) meses e conter as 3 (três) Metas padronizadas e definidas abaixo, com suas respectivas condições especificadas no item 5 do Plano de Trabalho (Anexo 4).

a. Meta 1 - Formação e Educação Cultural;

- Desenvolvimento de atividades educativas de forma regular, continuada e gratuitas voltadas para a formação cultural, tais como oficinas, cursos, workshops, palestras, seminários, entre outros, com a elaboração de conteúdos educativos relacionados a cultura, história, artes, entre outros temas relevantes para a comunidade, que valorizem e fortaleçam a diversidade e as identidades culturais locais, incentivando o protagonismo das comunidades, e/ou promovam processos de integração entre as instituições públicas de educação formal (como escolas, Institutos Federais, universidades) e os saberes orgânicos, comunitários, populares e/ou tradicionais (como de mestres e mestras).

b. Meta 2 - Mostra Artística/Cultural;

- Realização de eventos culturais, como festivais, mostras, exposições, apresentações teatrais, musicais, de dança, entre outros, que valorizem a diversidade cultural, contemplando diferentes linguagens artísticas e expressões culturais, com o incentivo à participação de artistas locais, mestres e mestras das culturas populares e tradicionais, grupos culturais e comunidade em geral, e divulguem/compartilhem o trabalho artístico-cultural produzido pelas/os participantes do projeto, tanto localmente quanto em outras regiões.

c. Meta 3 - Registro e Divulgação.

- Desenvolvimento de estratégias de divulgação para ampliar o alcance das ações culturais, utilizando, por exemplo, materiais impressos, cartazes, faixas, redes sociais, sites, mídia local, entre outros meios de comunicação, além do estabelecimento de parcerias com veículos de comunicação, órgãos públicos, instituições culturais e outros atores locais para potencializar a divulgação das atividades culturais realizadas. Criação de mecanismos para o registro e documentação das atividades realizadas, como produção de relatórios, fotos, vídeos, áudios, entre outros.

7.3 As 3 (três) Metas padronizadas descritas não poderão ser excluídas do projeto, e as entidades culturais poderão, se considerarem pertinente, prever outras Metas que agreguem no objeto proposto.

7.4 O valor global do projeto deverá corresponder ao valor de R\$ 30.690,75 (trinta mil, seiscentos e noventa reais e setenta e cinco centavos), previsto neste Edital para cada projeto selecionado. Caso o projeto apresente valor superior ou inferior, ou contenha inconsistências no Plano de Aplicação de Recursos, a entidade cultural poderá ser convocada para adequação do Plano de Trabalho e/ou do Plano de Aplicação de Recursos, desde que a adequação não altere o objeto cultural proposto nem comprometa as metas obrigatórias previstas neste Edital.

7.4.1 A não realização dos ajustes solicitados no prazo estabelecido pela Administração Pública poderá resultar na desclassificação do projeto ou na impossibilidade de celebração do Termo de Compromisso Cultural.

7.5 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado deverá ser apresentada por meio de tabelas referenciais de valores, no Plano de Aplicação de Recursos (Anexo 5), acompanhadas de memória de cálculo e justificativa para cada item de despesa.

7.6 A estimativa de custos do plano de trabalho poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais. Neste caso, é importante que a entidade proponente apresente cotações e justificativas.

7.7 A entidade cultural deverá dar transparência aos valores pagos a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do Termo de Compromisso Cultural, em sua sede e em seu sítio eletrônico.

7.8 Quando o projeto utilizar também outras fontes, tais como patrocínio privado, a entidade deve apresentar a planilha referente a estes valores, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.

7.9 Os tipos de despesas obrigatórios, possíveis, vedados e os limites estão elencados no Plano de Trabalho (Anexo 04).

8. ACESSIBILIDADE

8.1 Os projetos inscritos neste edital deverão oferecer medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto e medidas que contemplem e incentivem o protagonismo de agentes culturais com deficiência, nos termos do § 5º do art. 9º do Decreto nº 11.740, de 2023 (PNAB); da Instrução Normativa MINC nº 10 de 2023 (ações afirmativas e medidas de acessibilidade na PNAB); e da Lei nº 13.146, de 2015 (LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência); conforme descrito no Plano de Trabalho (Anexo 04).

8.2 Os materiais de divulgação dos produtos culturais resultantes do projeto serão disponibilizados em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterão, de forma expressa e visível, informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados e os símbolos universais correspondentes.

9. ETAPA DE SELEÇÃO DOS PROJETOS

9.1 A Seleção dos projetos inscritos neste edital será realizada por uma Comissão de Seleção, com reconhecida atuação na área cultural, capacidade de julgamento e de notório saber, composta por 3 membros, sendo:

I - um parecerista com experiência comprovada em seleção de projetos culturais, contratado pela empresa de Consultoria que presta serviço à Diretoria de Cultura de Jacobina, por meio do Contrato nº 051/2025;

II - dois representantes da empresa de Consultoria que presta serviços à Diretoria de Cultura de Jacobina, por meio do Contrato nº 051/2025.

9.2 Ficarão proibidos de participar da Comissão de Seleção as pessoas que:

- I. tenham interesse pessoal na aprovação do projeto de participante deste Edital;
- II. tenham participado ou colaborado com a realização das atividades relacionadas à iniciativa cultural e à inscrição de determinada candidatura;
- III. tenham participado de entidade privada sem fins lucrativos inscrita deste Edital nos últimos 2 (dois) anos;
- IV. estejam litigando judicial ou administrativamente com participante deste Edital ou seus respectivos cônjuges ou companheiros (que estejam envolvidos em processos legais ou administrativos contra qualquer participante deste edital, bem como contra seus cônjuges ou companheiros. Isso inclui litígios judiciais ou administrativos em qualquer fase do processo, como demandas, contestações, recursos, entre outros).

9.3 As proibições previstas neste item estendem-se ao membro da Comissão que possua cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau, consanguíneo ou por afinidade, enquadrado em alguma das hipóteses previstas.

9.4 A Comissão de Seleção vai avaliar as iniciativas, observando os critérios e pontuações dispostos no Quadro de Avaliação do Anexo II deste Edital.

9.5 A pontuação máxima de cada projeto será de 100 (cem) pontos.

9.6 Os casos de empate serão resolvidos individualmente para cada cota, e o desempate ocorrerá na seguinte ordem de prioridade:

- I - maior pontuação na soma dos critérios previstos no Anexo 2 (Avaliação do projeto apresentado), considerando a letra A do bloco I e as letras D e E do bloco III;
- II - maior tempo de existência jurídica (data de fundação) da entidade;
- III - mediante sorteio.

9.7 Será desclassificada a candidatura que:

- I. não apresentar os documentos e formulários devidamente preenchidos, conforme descrito no item 5;
- II. apresentar quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade e outras formas de discriminação ou que atente contra os princípios do Estado Democrático de Direito em seu plano de trabalho;
- III. não tenha pontuação mínima de 60 (sessenta) pontos na Etapa de Seleção;

9.8 A Comissão de Seleção poderá sugerir ajustes ou exclusão, total ou parcial, dos itens do Plano de Trabalho e/ou do Plano de Aplicação de Recursos, caso sejam considerados incoerentes ou em desconformidade com o projeto apresentado ou com os preços incompatíveis à realização das atividades.

9.9 O resultado preliminar da Etapa de Seleção será publicado no Diário Oficial do Município de Jacobina/BA, por meio do portal <https://jacobina.ba.gov.br> e nas redes sociais da Prefeitura Municipal de Jacobina e Diretoria de Cultura.

9.10 Contra a decisão do resultado preliminar da etapa de seleção, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção que deve ser apresentado pelo mesmo meio previsto para inscrição, por e-mail ou protocolo presencial, no prazo de até três dias úteis, a contar do primeiro dia útil posterior à publicação.

9.11 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

9.12 Após a análise dos recursos, será publicada nova lista dos Projetos Culturais classificados na Etapa de Seleção no Diário Oficial do Município de Jacobina, por meio do portal <https://jacobina.ba.gov.br> e nas redes sociais da Prefeitura Municipal de Jacobina e Diretoria de Cultura.

10. ETAPA DE HABILITAÇÃO

10.1 Após o encerramento da ETAPA DE SELEÇÃO, as entidades selecionadas deverão encaminhar os documentos abaixo, no prazo de até 3 dias úteis após a publicação do resultado da etapa de seleção, por meio de protocolo presencial na sede da Diretoria Municipal de Cultura de Jacobina, localizada na Praça CEU, Rua Florisvaldo Barberino, nº 170, Missão, Jacobina-BA, ou por meio do e-mail diretoriacultura@jacobina.ba.gov.br.

- I. para as entidades selecionadas:
 - a. Declaração Conjunta (Anexo 9), devidamente preenchida e assinada pelo representante legal da entidade cultural;
 - b. Cópia do Estatuto Social atualizado;
 - c. Cópia da ata de posse dos dirigentes da entidade cultural atualizada;

- d. Relação Nominal dos Dirigentes, de acordo com a Ata de Posse atualizada;
- e. Documentos pessoais do representante legal da entidade cultural (RG, CPF e comprovante de residência);
- f. Cópia simples do comprovante de endereço da entidade cultural, tais como contas de água, luz, correspondência bancária, estatuto ou contrato de aluguel.

10.1.1 A Diretoria Municipal de Cultura consultará, ainda, a ficha do CNPJ, visando a verificar se este se encontra ativo (requisito para habilitação de selecionadas).

10.2 A Diretoria Municipal de Cultura emitirá Parecer Técnico Complementar sobre os requisitos técnicos para execução do projeto.

10.3 No Parecer Técnico Complementar deverão constar as considerações emitidas pelos membros da Comissão de Seleção no Parecer de Avaliação e a verificação técnica, documental e de gestão da Diretoria Municipal de Cultura, abordando se os projetos selecionados estão aptos para a formalização, a execução e a prestação de contas do Termo de Compromisso Cultural.

10.4 A entidade cultural que apresentar pendências quanto à documentação complementar descrita no item 10.1 ou qualquer informação necessária para a celebração do Termo de Compromisso Cultural será notificada pela Diretoria Municipal de Cultura para envio de resposta de diligência.

10.5 A Diretoria Municipal de Cultura poderá solicitar ajustes ou exclusão, total ou parcialmente, dos itens do plano de trabalho ou da planilha orçamentária, caso sejam considerados incoerentes ou em desconformidade com o projeto apresentado ou com os preços incompatíveis aos praticados no mercado onde ocorrerá o projeto.

10.6 A entidade cultural poderá receber até 02 (duas) notificações de diligência, com prazo para resposta, em cada notificação, de até 3 dias úteis.

10.7 Após os prazos para as respostas das 2 (duas) notificações de diligência, de acordo com o item 10.6, será emitido o Parecer Técnico Complementar Preliminar sobre o projeto avaliado e publicado o resultado preliminar da Etapa de Habilitação.

10.8 O resultado preliminar da Etapa de Habilitação será publicado no Diário Oficial do Município de Jacobina, por meio do portal <https://jacobina.ba.gov.br> e nas redes sociais da Prefeitura Municipal de Jacobina e Diretoria de Cultura.

10.9 Contra a decisão do resultado preliminar da Etapa de Habilitação, caberá recurso destinado à Diretoria Municipal de Cultura, que deve ser apresentado pelo mesmo meio previsto para inscrição, por e-mail ou protocolo presencial, no prazo de até 3 dias úteis, a contar do primeiro dia útil posterior à publicação.

10.10 A Diretoria de Cultura, no prazo de 3 dias úteis, fará o julgamento dos pedidos de recurso apresentados pelos meios previstos neste Edital e emitirá Parecer Técnico Complementar Final, não sendo mais possível qualquer recurso.

10.11 Será emitido Parecer Técnico Complementar Final de Indeferimento, caso a entidade cultural:

- I. não cumpra com o prazo de 03 (três) dias para o envio da documentação complementar, de acordo com o item 10.1;

II. responda parcialmente ou não cumpra o prazo limite de 03 (três) dias úteis para responder à segunda notificação de diligência, de acordo com o item 10.6;

III. não se manifeste quanto às duas notificações de diligência no prazo indicado no item 10.6, caracterizando a desistência da candidatura; ou

IV. se manifeste pela inviabilidade de execução do projeto, caso haja a necessidade de ajustes ou exclusões de itens de despesa do plano de trabalho.

10.12 Caso seja emitido Parecer Técnico Complementar Final de Indeferimento, a entidade será inabilitada e ficará impossibilitada de celebrar o Termo de Compromisso Cultural, podendo ser convocada a próxima candidatura da lista de classificação do resultado final da Etapa de Seleção para os procedimentos deste Edital, observadas as cotas e categorias de inscrição, a ordem decrescente de pontuação, o prazo de vigência deste edital e a disponibilidade orçamentária e financeira.

10.13 Caso seja emitido Parecer Técnico Complementar Final Favorável, será verificada a regularidade jurídica da entidade, visando à celebração do instrumento de repasse com o Ponto de Cultura.

11. DISTRIBUIÇÃO E REMANEJAMENTO DE VAGAS

11.1 Após a conclusão das etapas de análise, não havendo projetos classificados em número suficiente para atender às vagas previstas em cada modalidade de cota, as vagas disponíveis poderão ser remanejadas conforme as regras do item 6.8, observada a ordem de classificação e o Anexo I.

12. DA ETAPA DE CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL E LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

12.1 A Etapa de Celebração do Termo de Compromisso Cultural realizada pela Prefeitura de Jacobina considera a adimplência e regularidade da entidade cultural nos seguintes documentos e sistemas:

- I. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF/FGTS);
- II. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- III. Certidão de Quitação de Tributos Estaduais;
- IV. Certidão de Quitação de Tributos Municipais;
- V. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- VI. Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM).

12.1.1 A Prefeitura de Jacobina realizará a consulta nos sistemas públicos de verificação de regularidade e solicitará à entidade cultural os documentos e certidões que não estiverem publicamente acessíveis.

12.2 A entidade cultural que estiver impossibilitada de celebrar o Termo de Compromisso Cultural será notificada pela Diretoria Municipal de Cultura e terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para regularizar a pendência.

12.3 Após o prazo para resposta à notificação, a Diretoria Municipal de Cultura realizará novamente a verificação da adimplência e regularidade da entidade cultural para a celebração do Termo de Compromisso Cultural.

12.4 A entidade cultural que mantiver a situação de impossibilidade para celebrar o Termo de Compromisso Cultural será inabilitada, podendo ser convocada a próxima candidatura da lista de classificação do resultado final da Etapa de Seleção para os procedimentos deste Edital a partir da Etapa de Habilitação, observada a cota de inscrição, a ordem decrescente de pontuação, o prazo de vigência deste edital e a disponibilidade orçamentária e financeira.

12.5 Não serão aceitas substituições de candidaturas ou representantes para os casos de inadimplência.

12.6 Recomenda-se às entidades culturais que consultem a sua regularidade jurídica, fiscal e tributária, de modo a resolver com antecedência eventuais pendências, para as Etapas de Celebração do Termo de Compromisso Cultural e de Liberação dos Recursos.

12.7. Não poderão celebrar Termo de Compromisso Cultural (TCC) entidades com outro TCC vigente, celebrado com qualquer Ente Público, no âmbito da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), salvo quando:

I. no ato de formalização do Termo de Compromisso resultado do presente Edital, não tenha parcelas para receber e já tenha executado mais da metade do cronograma relacionado à última parcela do TCC vigente; e/ou

II. quando uma mesma entidade celebre um TCC para fomento a um projeto de Ponto de Cultura e um TCC para fomento a um projeto de Pontão de Cultura.

12.8 A liberação dos recursos está condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como mera expectativa de direito.

12.9 Os recursos financeiros serão repassados em uma única parcela, diretamente na conta bancária específica.

12.10 A entidade cultural deverá assinar o Termo de Compromisso Cultural entre os dias 24/07/2026 e 28/07/2026, sob pena de perda do apoio financeiro, com a consequente convocação do suplente para assumir a vaga.

12.11 O prazo previsto para a entidade cultural receber os recursos em conta é até 31/07/2026.

12.12 Não incide Imposto de Renda – IR e Imposto sobre Serviços - ISS no repasse de recursos à entidade cultural. O projeto cultural, no âmbito da parceria, não se caracteriza como prestação de serviço.

12.12.1 É de responsabilidade exclusiva da entidade cultural o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no TCC.

12.13 Os recursos financeiros serão depositados e geridos em conta bancária específica aberta única e exclusivamente para o recebimento dos recursos deste Edital.

12.14 Os recursos deverão ser aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

13. MONITORAMENTO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

13.1 A Prefeitura de Jacobina, por meio da Controladoria do Município e Diretoria Municipal de Cultura, implementará procedimentos de acompanhamento e monitoramento dos Termos de Compromisso Cultural celebrados, antes do término da sua vigência, para fins de aferição do cumprimento do objeto.

13.2 A prestação de contas do Termo de Compromisso Cultural será apresentada por meio do Relatório de Execução do Objeto, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim da vigência do Termo de Compromisso Cultural, contendo no mínimo, comprovações dos resultados e produtos obtidos no cumprimento das Metas durante a execução da parceria.

13.3 A entidade deve prestar contas à Prefeitura de Jacobina, conforme disposições constantes no Termo de Compromisso Cultural, na Instrução Normativa MINC nº 08, de 11 de maio de 2016, ou em ato normativo correspondente em vigor que regulamente a PNCV e no Decreto nº 11.453/2023, no que couber.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 O prazo de vigência deste Edital será de 4 meses contados a partir da publicação do resultado final da Etapa de Habilitação.

14.2 Os conteúdos gerados na meta 3 poderão ser selecionados, formatados e editados pela Prefeitura de Jacobina, por meio da Diretoria Municipal de Cultura e pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura para divulgação e publicização tanto nas plataformas de comunicação da Prefeitura, como no site do Ministério da Cultura, na Plataforma Rede Cultura Viva e/ou em eventos públicos.

14.3 Os casos previstos neste Edital e constatados durante a Etapa de Seleção serão resolvidos pela Comissão de Seleção durante as reuniões para avaliação e para julgamento dos pedidos de recurso. Já os casos não previstos neste Edital e constatados durante outras etapas do processo seletivo serão resolvidos pela Diretoria Municipal de Cultura, com assessoria da Procuradoria Jurídica do Município.

14.4 Os prazos previstos neste Edital iniciam e terminam em dia útil. No caso de o prazo final de qualquer etapa coincidir com data de feriado, final de semana ou ponto facultativo, será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

14.5 Os ônus da participação na seleção pública, incluídas as despesas com cópias e emissão de documentos, são de exclusiva responsabilidade da entidade cultural, bem como o acompanhamento da atualização das informações deste Edital.

14.6 A entidade cultural será a única responsável pela veracidade de todos os documentos encaminhados.

14.7 Os projetos inscritos, selecionados ou não, passarão a fazer parte do banco de dados da Diretoria Municipal de Cultura e do Ministério da Cultura para fins de pesquisa, documentação e mapeamento da produção cultural brasileira.

14.8 As iniciativas culturais poderão ser citadas, descritas ou utilizadas pela Diretoria Municipal de Cultura e pelo Ministério da Cultura, total ou parcialmente, em expedientes, publicações internas ou externas, cartazes ou quaisquer outros meios de promoção e divulgação, incluídos os devidos créditos sem que caiba à candidatura, selecionada ou não, pleitear a recepção de qualquer valor, inclusive a título autoral.

14.9 A Prefeitura de Jacobina e o Ministério da Cultura não se responsabilizam pelas licenças e autorizações (ex.: ECAD, SBAT, pagamento de direitos autorais de texto e/ou música,

audiovisual etc.) necessárias para a realização das atividades previstas nos projetos contemplados, sendo essas de total responsabilidade da entidade cultural.

14.10 As peças de divulgação relacionadas ao Termo de Compromisso Cultural deverão ter caráter educativo, cultural, informativo ou de orientação social e não poderão trazer nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

14.11 É obrigatória a menção ao Ministério da Cultura, à Política Nacional de Cultura Viva e à Prefeitura de Jacobina, por meio da Diretoria de Cultura, em todos os produtos artísticos-culturais, peças de divulgação e nas ações culturais realizadas, relacionadas ao recurso do Termo de Compromisso Cultural, com a inclusão da marca do Ministério da Cultura/Governo Federal e da Cultura Viva em todas as peças de divulgação, observado o Manual de Uso da Marca do Governo Federal, bem como menção ao apoio recebido em entrevistas e outros meios de comunicação disponíveis aos projetos selecionados, observadas as restrições no período eleitoral.

14.12 As entidades culturais que receberem recursos da Política Nacional Cultura Viva deverão privilegiar o uso de soluções com licenciamento em formatos abertos e produtos sob licenças livres, que permitam a livre cópia, distribuição, exibição e execução, assim como a criação de obras derivadas.

14.13 O ato de inscrição implica o conhecimento e a integral concordância da entidade cultural com as normas e com as condições estabelecidas neste Edital.

14.14 Dúvidas e informações referentes a este Edital poderão ser esclarecidas e/ou obtidas junto à Diretoria Municipal de Cultura localizada na Praça CEU, Rua Florisvaldo Barberino, nº 170, Missão, Jacobina-BA ou por meio do endereço eletrônico: diretoriacultura@jacobina.ba.gov.br e pelo telefone/whatsapp institucional (74) 98111-5167, em dias úteis das 8:00 às 17:00.

14.15 Os seguintes Anexos fazem parte deste Edital:

- ANEXO 1: Categorias e Cotas;
- ANEXO 2: Critérios de avaliação da Etapa de Seleção;
- ANEXO 3: Formulário de Inscrição;
- ANEXO 4: Plano de Trabalho;
- ANEXO 5: Plano de Aplicação de Recursos;
- ANEXO 6: Modelo de Autodeclaração Étnico-Racial;
- ANEXO 7: Modelo de Autodeclaração para Pessoa com Deficiência;
- ANEXO 8: Formulário para Pedido de Recurso (Etapa de Seleção e Etapa de habilitação);
- ANEXO 9: Declaração Conjunta;
- ANEXO 10: Minuta de Termo de Compromisso Cultural;
- ANEXO 11: Cronograma

Caroline Maria Santana de Lima
Diretora Municipal de Cultura